

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 8/2013

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Pais -----

---- **1.ª SECRETÁRIA:** Dr.ª Cristina Matos -----

---- **2.º SECRETÁRIO:** Sr. António Fernandes -----

---- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia nove de Dezembro.--

---- Sendo vinte e uma horas foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: senhor Jorge Manuel Santos Coelho e Dr. Alexandre Miguel Carvalho Constantino, Presidentes das Juntas de Freguesia de S. João da Fresta e União das Freguesias de Tavares, respetivamente. -----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta do senhor Bernardino Azevedo, Presidente da União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, à sessão extraordinária desta Assembleia Municipal do dia sete de novembro de 2013. -----

---- Estiveram presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício, os senhores Vereadores Dr.ª Maria José Coelho, João Lopes, Dr. Rui Ardérius, Dr. Aníbal Maltez e Dr. Joaquim Messias. -----

---- A senhora Presidente da Assembleia Municipal, Doutora Leonor Pais, nos termos do artigo 44º, n.º 3, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, verificou a identidade e legitimidade do eleito que havia faltado, justificadamente, à sessão de instalação da mesa da Assembleia Municipal, do passado dia dezanove de outubro corrente, senhor Justino de Jesus Fernandes, do partido socialista, o qual foi declarado empossado como membro efetivo da Assembleia Municipal de Mangualde. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Procedeu-se de seguida à votação da ata da sessão extraordinária, anterior, de sete de novembro, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas a ausências à sessão. -----

---- Procedeu-se ainda à votação da ata da sessão de instalação da mesa, de dezanove de outubro, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas a ausências à sessão.

-----**ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:** -----

---- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos Membros da Assembleia. -----

---- A senhora Presidente da Assembleia Municipal, Doutora *Leonor Pais*, informou que relativamente ao ponto segundo “Regimento da Assembleia Municipal de Mangualde” o grupo de trabalho tinha trabalhado neste Regimento, mas havia optado por elaborar um documento mais completo do que o existente. Assim, o grupo de trabalho entendia que este documento exigia mais tempo de reflexão e o contributo generalizado de todos em termos de sugestões de melhoria. Solicitou, por isso, a colaboração de todos os membros da Assembleia Municipal para que, querendo, dessem o seu contributo até ao próximo dia treze de janeiro. Neste contexto, propôs que este ponto fosse retirado da Ordem do Dia. -----

---- Posto este ponto à votação foi aprovado por unanimidade retirar este ponto da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---- A senhora Dr.^a *Fátima Tavares* interveio para dizer que partilhava na íntegra dos cinco objetivos definidos pelo senhor Presidente da Câmara Municipal aquando do seu discurso de tomada de posse, pelo que se debruçava no objetivo de atrair investimento para Mangualde. Neste sentido, parabenizava o senhor Dr. João Azevedo pela iniciativa já conhecida referente à instalação de uma nova empresa que criará cinquenta novos postos de trabalho no concelho. -----

---- Ainda no que se refere à indústria no concelho, não lhe parece muito visível o trabalho que está a ser feito, porque há quatro anos atrás era anunciado um mega parque industrial e cerca de setecentos postos de trabalho, o que não aconteceu. No orçamento e plano plurianual, agora apresentado, não existe verba relevante para impulsionar esta mesma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

indústria, sendo esta um objetivo estratégico para o desenvolvimento de Mangualde. Na rubrica “Outros” existe uma verba de 2000000,00 € (dois milhões de euros), sendo uma percentagem de cerca de 4,2% para a “indústria”, o que parece ser pouco relativamente a outros concelhos vizinhos. -----

---- A senhora Dr.^a Fátima Tavares disse ainda que era importante definir estes objetivos e que deveriam estar todos alinhados para que haja um rumo para Mangualde e para que a economia comece a mexer. -----

---- A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* agradeceu a retirada do ponto segundo, e informou que por motivos pessoais não pôde estar numa das reuniões do grupo de trabalho a que também pertencia. -----

---- Aproveitando a sua intervenção propunha que as sessões das Assembleia Municipal fossem realizadas no salão nobre da Câmara Municipal, uma vez que o auditório não tinha, quanto a si, as melhores condições de trabalho. -----

---- A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* questionou também o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a situação do mercado municipal, dado que era para estar pronto em setembro do corrente. -----

--- Tomou a palavra o senhor *Rui Vaz* para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a vinda da empresa *Lusiaves* para Mangualde, como seriam os postos de trabalho, se seriam criados ou mobilizados de outro local, se existe alguma garantia por parte da empresa de quantos anos vai estar instalada no concelho. -----

---- O senhor Eng.^o *João Tiago*, em nome do partido socialista, fez uma pequena homenagem simbólica a Nelson Mandela por tudo aquilo que significou para a humanidade. Referiu que foi alguém que soube aliar a ética da convicção à ética da responsabilidade, que dedicou a vida ao seu semelhante, que teve uma vida complexa e completa, que soube no momento certo que a libertação dos povos obriga à luta armada, o que é diferente de terrorismo. No seu entender, Nelson Mandela soube fazer a transição da reclusão para a liberdade, soube auto aperfeiçoar-se, em vez de se deixar impregnar de raiva deixou-se inundar pelo humanismo, e pela esperança naquilo que de bom tem o ser humano. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao ponto da situação da empresa municipal, cuja criação foi aprovada por maioria em reunião de executivo em junho de 2010, se não for para avançar porque é que ainda não foi revogada; também gostaria de ser esclarecido quando à Unidade de Saúde Familiar, sendo uma obra que tem um atraso de vários anos, quando é que vai ser terminada, qual o motivo do atraso, e quais as medidas que esta Câmara Municipal tenciona tomar para evitar que a situação se prolongue indefinidamente no tempo; gostaria ainda de saber o ponto da situação da parceria público privada com a Praia de Mangualde, se este contrato que foi celebrado foi cumprido ou se há perspetiva de ser denunciado/revogado, visto que a situação que tem vindo a público é de que empresas de Mangualde estão a ter prejuízos financeiros muito significativos, já que investiram na realização de obras e a empresa não as pagou, ou então paga a alguns a 50%; quanto à empresa Live It Easy celebrou em 2011 um contrato de arrendamento do espaço da Praia de Mangualde para o período do inverno no qual pagaria 1000,00€ (mil euros) por mês à Câmara Municipal de Mangualde, pelo que gostaria de saber se esta empresa tem cumprido com os pagamentos, se não, quanto é que deve de rendas, pois as informações de que dispunha é de que deve mais de 20000,00 € (vinte mil euros), e se era possível cobrar este crédito; ainda relativamente a este assunto também gostaria de ser esclarecido, e porque o contrato assim o explicitava, relativamente à água e à luz se estas despesas foram pagas, pois gostaria que lhe fossem enviadas as respetivas cópias do pagamento; também estava previsto neste contrato um caução de 5000,00 € (cinco mil euros), gostaria de saber se esta foi prestada, acionada, e daí também solicitar uma cópia do documento. -----

---- Interveio o senhor Dr. *António Monteiro*, Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, para dizer que representava uma estrutura independente e que dadas as circunstâncias que ocorreram naquela Junta de Freguesia, iria tentar ser coerente nas suas decisões, e por isso desejava que nesta Assembleia Municipal os assuntos fossem tratados de forma coerente e coesa para bem do concelho de Mangualde. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. *João Azevedo*, relativamente à intervenção da senhora Dr.^a Fátima Tavares disse que também partilhava da preocupação de captação de investimento para gerar emprego, pelo que a verba inscrita de 650000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros) no orçamento é o sinal da aposta desta Câmara Municipal. Neste concelho já se instalou a empresa Scania, e em breve a empresa Lusiaves, que é um investimento privado de cerca de 7000000,00€ (sete milhões de euros). Também a empresa Endesa anunciou a construção da barragem de Girabolhos, que é um investimento de mais de 400000000,00€ (quatrocentos milhões de euros) no concelho, e que vai originar centenas de postos de trabalho. O Cidem é uma obra que está a decorrer e que vai promover, junto da população e das entidades privadas ligadas a essa infraestrutura, o futuro de Mangualde. -----

---- Quanto aos cinquenta postos de trabalho questionados pelo senhor Rui Vaz, o representante da empresa Lusiaves anunciou publicamente que eram novos postos de trabalho. -----

---- Também no que diz respeito ao mercado municipal, questão levantada pela senhora Dr.^a Patrícia Fernandes, o senhor Vice-Presidente iria responder. -----

---- Quanto às questões levantadas pelo senhor Dr. Sobral Abrantes, no que se refere à Unidade de Saúde Familiar, o senhor Vice-Presidente também iria responder; a empresa municipal de facto não teve qualquer tipo de atividade, e aproveitava a sugestão de revogação desde assunto para o colocar numa próxima reunião de executivo; a empresa que está a gerir a Praia de Mangualde informou por escrito a Câmara Municipal que tinha a intenção de renegociar o contrato pelo que este mesmo já foi apresentado e voltará à reunião de Câmara Municipal, para que se possa fazer o melhor para o Município e para o investimento; quanto à questão da empresa Live it Easy, iria solicitar aos serviços que fornecessem os documentos, pois se a empresa ainda não tiver pago já foi decerto notificada para o fazer. -----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, disse ainda, relativamente à expressão parceria público-privada, que esta não era a mesma parceria discutida há alguns anos atrás nesta Câmara/Assembleia Municipal que custava a água, luz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e tudo o que estava escrito no contrato, essa custava mais de 40000000,00€ (quarenta milhões de euros) e foi chumbada nesta Assembleia Municipal e era penalizadora para o futuro de Mangualde.-----

---- A Praia de Mangualde foi um investimento privado, esta a passar por problemas, e se há dívidas na praça, esse assunto não lhe dizia respeito. De qualquer forma esperava que houvesse mais investimento privado no concelho para poder criar emprego e economia, até porque nos últimos quatro anos Mangualde foi ouvido quer no país quer no estrangeiro por causa da Praia.-----

---- O senhor Vice-Presidente, Eng.º *Joaquim Patrício*, informou que o mercado municipal foi uma obra de reabilitação, sujeita a procedimento concursal. A empresa que ganhou o concurso passou por um período complicado e a obra não decorreu como o desejado, houve uma prorrogação do prazo que termina no presente mês.-----

---- A Unidade de Saúde Familiar está a ser instalada num edifício que estava degradado e que também foi objeto de concurso público. A empresa que ganhou o concurso iniciou a obra e também teve problemas internos de gestão pelo que foi acordado uma cessão de posição contratual com outra empresa. Esta empresa também apresentou um plano de recuperação e de momento a Câmara Municipal, o gabinete jurídico juntamente com o administrador da empresa está a tentar solucionar o problema. A obra irá ser concluída o mais rapidamente possível, mas em termos jurídicos é requerido algum cuidado das partes envolvidas.-----

---- *Ponto Primeiro da Ordem do Dia* “**Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo**”-----

---- Interveio o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para informar que deveria haver uma correção à informação escrita enviada, pois a Lei das autarquias locais tinha nova redação e o artigo 24 referido já não estava correto, mas sim o 25. Quanto ao teor da informação não apresentava o que de relevante foi feito no concelho e não dava cumprimento ao que estava na Lei, pois informava da deliberação de um regulamento que não é enviado. A informação financeira também não cumpre o artigo 35 da nova Lei, pois não foi dado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento do saldo das dívidas a fornecedores entre outros, e por isso questionava o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o porquê de não cumprir a Lei. -----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. *João Azevedo* respondeu que estas informações são fornecidas há anos da mesma maneira pelo que iria questionar os serviços sobre o porquê desta situação.-----

---- *Ponto Segundo da Ordem do Dia* “**Regimento da Assembleia Municipal de Mangualde**” – Aprovação e Votação da proposta apresentada pelo grupo de trabalho constituído para o efeito na Assembleia Municipal Extraordinária de 7 de novembro. -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Posto este ponto à votação foi aprovado por unanimidade retirar este ponto da Ordem do Dia.-----

---- *Ponto Terceiro da Ordem do Dia* “**Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2014/2017, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais relevantes (PPI)**” - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

---- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que o ponto terceiro e quarto, pela sua inerência, fossem discutidos em conjunto, o que foi aceite por unanimidade. -----

---- O senhor *Rui Vaz* questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a que se referiam os 10% do valor do orçamento estipulado na rubrica de “outros”, pois era muito vago. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que explicasse quais eram as grandes obras projetadas para 2014, visto que os documentos apresentados são um mero verter de números onde não se consegue decifrar quais são as prioridades da Câmara Municipal.-----

---- Interveio o senhor Eng.º *João Tiago* para dizer que em qualquer orçamento se faz uma estimativa e que esta é passível de erro. Este orçamento tem o mérito deste executivo e dos ex-Vereadores da oposição que a seu tempo votaram unanimemente o PAEL e o Plano de Saneamento Financeiro, e por isso este orçamento é de base zero como nunca foi. Cumprimentava o executivo por ter tido a coragem de não empolgar a receita com os 20000000,00€ (vinte milhões de euros) de receita de capital. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor Eng.º João Tiago desafiou a bancada da oposição a dar o seu voto positivo a este orçamento e plano plurianual uma vez que a mesma oposição concordou com o PAEL e com o Plano de Saneamento. Podia-se discutir se algumas rubricas estavam bem enquadradas, se algumas opções podiam ser feitas em detrimento de outras, mas não se pode discutir a visão estratégica e o plano de desenvolvimento de Mangualde já sufragada pelos eleitores, por isso desafiava a bancada da oposição a ser coerente.-----

---- O senhor Dr. *Luís Coimbra* disse que tinha valido a pena no passado votar contra orçamentos empolados e que trouxeram esta Câmara Municipal ao estado em que está hoje. Havia que lembrar que esta Câmara Municipal foi intervencionada e hoje está limitada. -----

---- Uma Câmara Municipal intervencionada condiciona a realização deste orçamento e este acarreta um falhanço do PRED. Este orçamento de base zero, apesar de não ter plasmada a dívida do passado tem que a pagar. Este orçamento diz respeito sobretudo à saúde financeira da Câmara Municipal, é um orçamento rigoroso da receita e da despesa e que continua na senda de não onerar os mangualdenses, não aumentando taxas e impostos e cortar nas despesas, muitos destes determinados pelo Plano de Ajustamento Financeiro que foi votado pelo anterior executivo e pelos Vereadores da oposição. -----

---- Quanto às receitas era necessário aumentá-las, visto que por parte da Administração Central elas diminuíram e por isso Mangualde tem que saber estar de forma credível na economia e na execução dos seus orçamentos. -----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* em resposta ao senhor Dr. Sobral Abrantes disse que evolução era pagar a dívida da Câmara Municipal e que quanto às obras, era mais fácil fazer um mau orçamento do que fazer este, porque não houve empolamento da receita nem foi criada dívida. Esta Câmara Municipal aprovou um PAEL e um Plano de Saneamento Financeiro em 2012 que foi visado em 2013, isto foi o ponto zero para se fazer este orçamento e plano plurianual e para cumprir a Lei.-----

---- Efetivamente a despesa foi reduzida, a venda dos bens de investimento passou de 20000000,00€ (vinte milhões de euros) para 418000,00€ (quatrocentos e dezoito mil euros), e tem que se cumprir devido aos Planos já aprovados em 2012, e porque hoje existe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Lei dos Compromissos. No passado houve orçamentos de 44000000,00€ (quarenta e quatro milhões de euros) e hoje é de cerca de 20000000,00€ (vinte milhões de euros).-----

---- Quanto às grandes obras está em fase de conclusão a reabilitação da Avenida da Sr.^a do Castelo, obra que esperou vinte anos para ser feita, financiada 85% a fundo perdido, e mais outras obras estruturais a serem feitas. O investimento de capital diz respeito ao desenvolvimento industrial e esta Câmara Municipal só tem duas opções, ou não cumpre a Lei ou aumenta os impostos. A despesa, na classificação económica “aquisição de serviços” de 3500000,00€ (três milhões e quinhentos mil euros) refere-se às AEC, Planalto Beirão, Atividades Desportivas, Recreativas e Culturais, aquisições de serviços não enquadráveis noutras rubricas, encargos com instalações da EDP, Gás, comunicações, transportes escolares, etc. A grande opção deste plano e orçamento é resolver a questão do investimento industrial do Concelho e pouco mais.-----

---- O senhor Dr. João Azevedo disse ainda que a despesa foi reduzida naquilo que é essencial e até naquilo que é essencial para as Juntas de Freguesia o investimento na manutenção urbana e na manutenção dos serviços municipais.-----

---- As transferências do Estado diminuíram, aumentou a receita do IMI, mas não por ter sido a Câmara Municipal a aumentar os impostos, foi o Estado que reavaliou os imóveis, pelo que o dinheiro que entra nos cofres da autarquia serve para atenuar a crise financeira.

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* referiu que de facto houve no passado orçamentos empolados de 30000000,00€ (trinta milhões) e só agora este é que não o era, mas assim foi necessário por razões contabilísticas, e só agora por imposição da Lei é que se alterou a situação.-----

---- O orçamento para 2014 é de cerca de 20000000,00€ (vinte milhões de euros) e mesmo assim está empolado, até porque a conta de gerência de 2012 era de 15000000,00€ (quinze milhões de euros) e esta diferença parece ser exagerada.-----

---- Quanto aos impostos e taxas estes são aumentados todos os anos com a inflação, pelo que a sua atualização existe. Comparando estes dados com os dados do ano anterior a Câmara Municipal vai cobrar de IMI, a mais, cerca de 16,6%. O Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS também aumentam 7,14%.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- As despesas com pessoal neste orçamento/plano plurianual tem um aumento de 0,36%, despesas com gasóleo, gasolina, despesas de representação, titulares de cargos políticos, também têm aumento previsto, e quando se exige corte/contenção nas despesas dever-se-ia dar o exemplo em primeiro lugar. -----

---- No que se refere às Juntas de Freguesia estas são as mais mal tratadas neste orçamento, são as entidades a quem é exigido que façam obra, mas a quem tudo é retirado. Com os sucessivos cortes que tem havido para as Juntas de Freguesia, em 2014 vão ser transferidos 236896,00€ (duzentos e trinta e seis mil oitocentos e noventa e seis euros), houve um corte de 47,27% desde que o senhor Dr. João Azevedo é Presidente deste Município, e desafiava o senhor Presidente da Câmara Municipal a mencionar outra rubrica onde isto tenha acontecido, pois com estes cortes os senhores Presidentes de Junta de Freguesia dificilmente poderiam honrar os seus compromissos. -----

---- A visão dos senhores Presidente da Câmara Municipal e Vereadores é centralista, pois quem não tem dinheiro não tem autonomia, e a bancada do PSD/CDS defende uma visão descentralizada, pois deveriam ser transferidas mais verbas para as Juntas de Freguesia que lhes permitisse exercer as suas competências e que permitisse aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia decidir quais as obras prioritárias. -----

---- Nas Grandes Opções do Plano, nos financiamentos definidos e no que se refere ao ambiente, mais propriamente às Etar, estão definidos 100,00€ (cem euros) para cada uma das existentes no Concelho, o que significa que não vai haver investimento neste sector. As transferências administrativas autárquicas estão dotadas a zero, o que quer dizer que vai haver revisões aos documentos, como no Orçamento e PPI de 2013, onde já foram feitas onze revisões. -----

---- O senhor Dr. Sobral Abrantes disse ainda que este orçamento mantém Mangualde às escuras, pois mantém o corte na eletricidade pública com as devidas consequências ao nível da insegurança. Tudo o que está interligado com o ambiente, iluminação pública, freguesias, Etar, saneamento, não é privilegiado neste orçamento, pelo que, e com coerência a bancada do PSD/CDS votará contra. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o senhor Eng.º *João Tiago* dizendo que sempre havia sido a favor da competitividade fiscal dos nossos contribuintes, mas era necessário que as circunstâncias no nosso Concelho assim o permitissem, e que quanto às Etar já não há fundos candidatáveis. Na questão das freguesias, se os senhores do PSD na altura em que houve a discussão da extinção/agregação não se manifestaram contra, não podem agora pedir mais dinheiro. -----

---- Tomou a palavra a senhor Dr.ª *Patrícia Fernandes* para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal quanto aos custos de manutenção do relvado sintético do estádio municipal uma vez que não estava inscrita qualquer verba para este fim. -----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* respondeu ao senhor Dr. Sobral Abrantes que não consegue pagar a dívida, fazer obrar e baixar o IMI, pois esta Câmara Municipal durante vários anos só aumentou a dívida. Uma coisa é chegar a uma Câmara Municipal e ter fundos disponíveis e outra é pagar dívida de curto, médio e longo prazo. -----

---- As Etar, foram deixados terminar todos os timings para as candidaturas a fundos comunitários neste Município. A Etar de Almeidinha foi construída com fundos próprios da Câmara Municipal, e a Etar de St.ª Luzia está em fase de conclusão e foi construída também com fundos da Tesouraria municipal. Ao nível da saúde ambiental neste Concelho são necessárias muitas mais Etar, e possivelmente se não houver apoios comunitários, nem daqui a quarenta anos se resolve por completo o problema, porque os 100,00€ (cem euros) inscritos no Orçamento e PPI são para efeitos contabilísticos do PAEL e Plano de Saneamento Financeiro. -----

---- Os Presidentes de Junta de Freguesia foram informados aquando das reuniões para a elaboração do Orçamento e PPI que a Câmara Municipal não pode transferir mais verbas porque tem os Planos para cumprir, e só em 2017 será possível as Juntas de Freguesia receberem mais 5%. -----

---- As onze revisões mencionadas pelo senhor Dr. Sobral Abrantes não foram revisões, mas sim alterações que são imponderáveis, visto o orçamento ser limitado, e havia a esperança de que no ano de 2014 se pudesse aproveitar o overbooking do QREN, porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se isso acontecer vai-se tentar resolver alguns problemas que hoje são impossíveis de resolver com o PAEL e o Plano de Saneamento aprovados.-----

---- Para terminar o senhor Dr. João Azevedo disse que assumia o empolamento da receita, pois não se podia apagar a dívida que vem de trás e que está visada pelo Tribunal de Contas. A dívida de 19999000,98€ (dezanove milhões, novecentos e noventa e nove mil e noventa e oito cêntimos) foi o que foi possível inscrever em termos de PPI e Orçamento para 2014. A inflação é devido aos impostos/taxas aplicados pelo Estado, a Câmara Municipal nada pode fazer para contrariar a situação.-----

---- Quanto à questão da senhora Dr.^a Patrícia Fernandes, a manutenção do relvado sintético deve estar inscrito numa das rubricas de manutenção e a comparticipação na aquisição foi aprovada numa das últimas reuniões de Câmara Municipal. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor e sete votos contra da bancada da coligação do P.S.D./C.D.S.-----

---- *Ponto Quarto da Ordem do Dia* “**Orçamento da Receita e da Despesa para 2014**” - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor e sete votos contra da bancada da coligação do P.S.D./C.D.S.-----

---- *Ponto Quinto da Ordem do Dia* “**Mapa de Pessoal para 2014**” - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que a forma como este documento está apresentado não permite que a bancada do P.S.D./C.D.S. vote favoravelmente, pois para que tal acontecesse teriam que ter sido ouvidos previamente. Relativamente à gestão de pessoal, pensava que os lugares de topo, de chefia dos serviços de qualquer Câmara Municipal deveriam ser providos por mérito, por desempenho de anos de serviço, o que não acontece na Câmara Municipal de Mangualde, há funcionários com mais de vinte anos de serviço que estão a ser chefiados por pessoas a recibo verde. Nos serviços de obras, cultura, desporto, os quadros da Câmara Municipal são chefiados por pessoas com contratos de prestação de serviços, avenças. Estes lugares não deviam ser prémio para quem dá apoio nas campanhas políticas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- No mapa de pessoal verifica-se que há o recurso sistemático à empresa de contratação de serviços Tempo Team, o que não parece ser a melhor solução, e também há contratos de prestação de serviços que não fazem sentido, como por exemplo existir uma vaga para uma pessoa licenciada em direito que não está preenchida e para a qual foi aberto procedimento concursal, em que o primeiro classificado desistiu, mas em que o segundo classificado estava interessado e não foi convocado. Recorre-se assim à contratação de prestação de serviços de um conhecido escritórios de advogados da cidade e que fica mais caro do que contratar um funcionário a tempo inteiro. -----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* respondeu ao senhor Dr. *Sobral Abrantes* que nesta Câmara Municipal ninguém é valorizado pelo apoio prestado em campanhas. Quanto aos postos de chefia de serviços, os mesmos estão ocupados por pessoas com mais de dez anos de serviço e são aquelas que o executivo considera mais preparadas para ajudar o Município e que têm prestado um serviço exemplar. O quadro de pessoal só alterou em duas situações: o procedimento concursal para a chefia de divisão e o da vaga de licenciado em direito que aguarda parecer da tutela.-----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor e sete abstenções da bancada da coligação do P.S.D./C.D.S. -----

---- *Ponto Sexto da Ordem do Dia* “**Autorização prévia da Assembleia Municipal de Mangualde para Assunção de Compromissos no ano de 2014, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al.) c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2**” - Aprovação e Votação da proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal-----

---- Interveio o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para dizer que a bancada da coligação não tem nada a opor, uma vez que esta autorização resulta da Lei e visa facilitar os problemas diários dos munícipes.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Sétimo da Ordem do Dia* “**Relatório de Acompanhamento do PAEL – 2º trimestre de execução**” - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Oitavo da Ordem do Dia* **“Relatório de Acompanhamento ao Plano de Saneamento Financeiro – 1º semestre de execução, de maio a outubro de 2013”** -

Apreciação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal.-----

---- Interveio a senhora Dr.^a *Fátima Tavares* que referiu que pelo seu conhecimento do mercado, a taxa de juro apresentada neste documento era elevada, o spread 6,35% e a Euribor a três meses de 0,2%, o que significa que era altura de negociar, pois se se reduzir esta taxa em 1% num saldo devedor de 2500000,00 € (dois milhões e quinhentos mil euros) daria um encaixe financeiro importante para o município. O Banco em causa é parceiro e tem responsabilidade civil, pois está a acompanhar uma autarquia com dificuldades. No que se refere ao pagamento de 35000,00 € (trinta e cinco mil euros) em comissões é muito e a Câmara Municipal pode requerer a sua redução e/ou isenção. -----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* solicitou à senhora Dr.^a Fátima Tavares que colaborasse com os serviços da Câmara Municipal, no sentido de ser elaborado um documento a requerer a redução e/ou isenção das comissões cobradas.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Nono da Ordem do Dia* **“Concurso Público para a Concessão de Exploração de Estacionamento Condicionado e de duração limitada na cidade de Mangualde ”** –

Autorização para a celebração do contrato de concessão” -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que no artigo 43º do Caderno de Encargo, a Câmara Municipal tem que disponibilizar 472 lugares de estacionamento e daí solicitar planta de localização dos mesmos para que o pudesse confirmar. -----

---- Questionava também o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o porquê do aumento dos lugares de estacionamento. -----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vereador João Lopes para que este pudesse explicar a situação.-----

---- Interveio o senhor Vereador *João Lopes* para informar que a planta de localização existe nos serviços e que poderá ser facultada, e que não há aumento do número de lugares de estacionamento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* referiu que na Rua Dr. José Henriques Pereira Júnior, mais propriamente junto à alfaiataria há um aumento de lugares, e os que podem ser taxados são quatro e não catorze como o que está previsto. A designação desta Rua foi alterada pela Comissão de Toponímia e por isso o seu início é a partir da alfaiataria e não no Largo Dr. Couto. Pelo exposto solicitava que fosse retirado este ponto da ordem do dia, e que na próxima sessão fossem anexados planta e levantamento correto de todos os lugares de cargas e descargas, e de deficientes, e sugeria que também alguns destes últimos fossem criados como por exemplo junto às Finanças. -----

---- O senhor Vereador *João Lopes* agradeceu a sugestão do senhor Dr. Sobral Abrantes quanto à criação do lugar de deficiente junto às Finanças e informou que já foram criados muitos outros destes lugares na Cidade, e que estes são contabilizados como lugares de estacionamento a pagar. -----

---- Reiterava ainda a sua confiança nos serviços da Câmara Municipal, referindo que a contagem da totalidade dos lugares a pagar estava correta, pois não estavam incluídos os lugares de cargas e descargas. -----

---- A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* referindo-se ao artigo 46º do Caderno de Encargo em que é mencionada a expressão “deve respeitar”, disse que esta devia ser alterada para a “obrigatoriedade”. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* desafiou o senhor Vereador João Lopes e os senhores membros municipais a visitarem a Rua Dr. José Henriques Pereira Júnior e confirmar o número de lugares disponíveis, pois não era correto verificar-se um erro e persistir-se nele. -----

---- A senhora Doutora *Leonor Pais* propôs que o pedido de autorização para a celebração do contrato de concessão fosse retirado da Ordem do Dia o que foi aprovado por unanimidade. -----

---- **Ponto Décimo da Ordem do Dia “Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 6 de setembro a 6 de dezembro, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, em 25 de fevereiro de 2013, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2” – conhecimento.** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade, e assinada pelos membros da Mesa. -----

---- Em seguida, quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos do dia dezanove de dezembro, e depois de haver dirigido a todos os presentes votos de Feliz Natal e de um próspero Ano Novo, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

----- Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -

O/A Presidente,

O/A 1^o/a. Secretário/a,

O/A 2^o/a. Secretário/a,
